



Prefeitura de Serrania- MG
Monitor(a) Escolar I

PORTUGUÊS

Compreensão e interpretação de textos	1
Gêneros e tipos de texto	4
Significação das palavras.....	24
Figuras de sintaxe; figuras de linguagem.....	30
Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais; coesão e coe- rência textual	35
Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; ver- bos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais	38
Formação de palavras.....	61
Concordância verbal e nominal	64
Regência verbal e nominal	66
Crase	69
Colocação pronominal.....	70
Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos	73
Acentuação gráfica.....	78
Ortografia.....	80
Pontuação	85
Variação linguística.....	90
Questões	91
Gabarito.....	106

RACIOCÍNIO LÓGICO

Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e impli- cação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação	1
Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Sub- conjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e repre- sentações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União.....	17
Números decimais. Valor absoluto. Propriedades no conjunto dos números naturais ..	24
Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.....	38
Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois núme- ros naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos	44

SUMÁRIO



Verdades e Mentiras: resolução de problemas	51
Sequências (com números, com figuras, de palavras)	54
Análise combinatória e probabilidade.....	56
Problemas envolvendo raciocínio lógico	63
Questões	67
Gabarito.....	75

CONHECIMENTOS GERAIS

Nacional e internacional; atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, educação, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do município, do estado, do brasil e do mundo; notícias em geral da atualidade; internet: sites de revistas e de jornais citados anteriormente e de atualidades (google notícias, congresso em foco, uai, uol, jovem pan, cnn brasil, estação, folha de são paulo, terra, globo (g1), r7 e similares) e guias de bairros e localizações. Jornais: jornal estado de minas, folha de são paulo, brasil de fato. Revistas: carta capital, brasil de fato, exame, isto é, você s/a. Notícias em geral - site e instagram da prefeitura de serra nia	1
Conhecimentos gerais e atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do brasil, do estado e do município	64
Noções de cidadania.....	110
Símbolos nacionais, estaduais e municipais	118

LEGISLAÇÃO

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município, Lei Orgânica do Município.....	1
Conhecimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	1
Constituição da República Federativa do Brasil - Noções de Direito Constitucional: Constituição Brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais.....	5
Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13.....	7
Título III - Da Organização do Estado: Capítulo IV - Dos Municípios - art. 29, 29-A, 30, 31.....	20
Capítulo VII - Da Administração Pública – art. 37, 38 e 39	24
Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021)	30
Legislações de Acesso à Informação (Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012 e Lei Federal nº 12.527/2011)	151
Questões	176
Gabarito.....	182

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Parâmetros nacionais de qualidade na educação infantil	1
Jogos e brincadeiras no espaço escolar	3
Uso das tecnologias da informação e comunicação no meio escolar: familiaridade com o uso de tecnologia na educação para melhoria da qualidade do ensino	6
Higiene pessoal, saúde e educação.....	8
Segurança no ambiente escolar.....	11
Alimentação saudável nas escolas	13
Noções de primeiros socorros.....	16
Medicação da criança em ambiente escolar	43
Estatuto da criança e do adolescente - eca	45
Didática e pedagogia: compreensão dos princípios da didática e pedagogia para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.....	112
Desenvolvimento infantil: conhecimento sobre as fases do desenvolvimento infantil, considerando aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.....	114
Metodologias de ensino: familiaridade com diferentes abordagens e metodologias de ensino para apoiar os professores e os alunos.....	123
Acompanhamento individualizado: habilidade para oferecer suporte individualizado a alunos que precisam de atenção extra ou que enfrentam desafios específicos.....	126
Recursos pedagógicos: conhecimento sobre o uso de materiais didáticos e recursos pedagógicos para enriquecer o ambiente de aprendizado	128
Comportamento e disciplina: habilidade para lidar com questões de comportamento e disciplina de forma eficaz, mantendo um ambiente de aprendizado positivo	131
Comunicação eficaz: boas habilidades de comunicação para interagir com alunos, pais, professores e outros membros da equipe educacional	134
Registro e documentação: capacidade de manter registros precisos sobre o desempenho dos alunos e outras atividades educacionais	144
Inclusão e diversidade: apoio à criança com deficiência, sensibilidade para lidar com a diversidade de alunos, promovendo um ambiente inclusivo	148
Interação escola-família: habilidade para estabelecer uma comunicação eficaz com os pais, fornecendo feedback sobre o progresso dos alunos	151
Ética profissional: adesão a padrões éticos no ambiente educacional	154
Base nacional comum curricular (bncc)	157
Currículo referência de minas gerais (crmg)	212
Lei federal nº 9.394/1996, E atualizações	212
Questões	243
Gabarito.....	249

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que **compreendemos** adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à **interpretação**, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





PROPOSIÇÕES

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.



O QUE OCORRE NO MUNDO

Países europeus solicitam reunião com embaixadores do Irã após incidente envolvendo Israel¹

Em 15 de abril de 2024, Alemanha, França e Bélgica chamaram de volta seus embaixadores do Irã em meio à contínua condenação europeia do recente ataque iraniano contra Israel. O Ministério das Relações Exteriores belga optou por convocar seu embaixador iraniano, Seyed Mohammad Ali Robotjazi, expressando sua firme reprovação ao ataque em Israel durante a reunião.

Da mesma forma, o Ministério das Relações Exteriores francês declarou ter convocado o embaixador iraniano para condenar veementemente o ataque de Teerã contra Israel, advertindo sobre o perigo de uma escalada após o incidente. O governo alemão também convocou o embaixador iraniano em Berlim, conforme relatado por um porta-voz do Ministério Federal das Relações Exteriores.

Assim, essas ações sucederam à convocação, pelo governo iraniano, dos embaixadores alemão, britânico e francês em Teerã em 14 de abril de 2024, conforme informado pela agência de notícias estatal iraniana Tasnim. A medida foi tomada em resposta às “posições irresponsáveis” adotadas pelos países europeus em reação ao ataque do Irã a Israel.

Governo de centro-direita em minoria assume o poder em Portugal²

O governo minoritário de centro-direita de Portugal, liderado pelo primeiro-ministro Luís Montenegro, assumiu o poder no dia 2 de abril de 2024. Essa transição ocorreu em meio a preocupações sobre a estabilidade do governo além deste ano, dado o contexto de um parlamento altamente fragmentado, o mais fragmentado em 50 anos de democracia portuguesa.

A coligação Aliança Democrática (AD) ganhou as eleições de 10 de março por uma pequena margem sobre o atual Partido Socialista (PS). Com apenas 80 dos 230 assentos no Parlamento, a AD precisará do apoio do partido de extrema direita Chega, que aumentou sua representação para 50 legisladores, ou do PS, que possui 78 assentos, para aprovar qualquer legislação.

Andre Freire, cientista político do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), destacou que o governo enfrenta desafios significativos devido à sua frágil maioria e à oposição intensa, especialmente da ultra direita representada pelo Chega.

O partido Chega, conhecido por suas políticas anti-imigração e por sua ascensão rápida, exigiu representação no governo ou um acordo de apoio de longo prazo à AD. No entanto, Montenegro recusou repetidamente até mesmo iniciar negociações com o partido.

A postura de Montenegro foi evidenciada quando o Chega rejeitou seu candidato a presidente do Parlamento na semana passada, resultando na eleição do presidente com o apoio do PS. O PS, por sua vez, esclareceu que seu apoio foi dado apenas para destravar a atividade parlamentar, não indicando uma aliança permanente.

Montenegro prometeu uma série de medidas, incluindo reduções fiscais, aumentos de pensões e salários para diferentes setores. A aprovação dessas políticas dependerá de sua capacidade de garantir apoio parlamentar, especialmente para o orçamento de 2025, que será seu primeiro grande teste. A não aprovação do orçamento historicamente resultou em novas eleições em Portugal.

Analistas preveem que a AD será forçada a negociar o orçamento e outras medidas com o PS, o que poderia aumentar a influência do Chega como líder da oposição em futuras eleições.

¹ IRÃ convoca os embaixadores de França, Alemanha e Reino Unido após seu ataque a Israel. UOL, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/04/14/ira-convoca-os-embaixadores-de-franca-alemanha-e-reino-unido-apos-seu-ataque-a-israel.htm>. Acesso em: 16 mai. 2024.

² GONÇALVES, S. Governo minoritário de centro-direita assume em Portugal nesta terça-feira (2). CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-minoritario-de-centro-direita-assume-em-portugal-nesta-terca-feira-2/>. Acesso em: 16 mai. 2024.



LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - na área da saúde:

a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;



Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e desempenha um papel central no desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade. Não se limita apenas ao cuidado, mas compreende uma educação que abrange aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais, em uma fase crucial para a formação do indivíduo. No Brasil, para assegurar que esse atendimento seja de qualidade, equitativo e alinhado às necessidades da infância, foram criados os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.

Estes parâmetros estabelecem diretrizes para orientar tanto as políticas públicas quanto a prática pedagógica nas creches e pré-escolas, servindo como referência para a reflexão e avaliação constante dos ambientes educativos. Eles são uma resposta à necessidade de garantir que todas as crianças, independentemente de sua localização ou condição social, tenham acesso a um atendimento adequado, respeitando sua singularidade e promovendo seu pleno desenvolvimento.

Contexto Histórico e Objetivos dos Parâmetros Nacionais

A elaboração dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil está diretamente ligada às mudanças trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que consolidou a educação infantil como a primeira etapa da educação formal e como um direito garantido a todas as crianças. A partir dessa lei, a educação infantil passou a ser vista como um campo prioritário para o desenvolvimento das políticas públicas, com o dever de assegurar um ensino de qualidade em todas as regiões do país.

Antes da LDB, a oferta de educação infantil no Brasil era marcada por profundas desigualdades, tanto na qualidade quanto no acesso aos serviços. Muitas instituições, especialmente em regiões mais vulneráveis, não possuíam infraestrutura adequada, materiais pedagógicos de qualidade ou profissionais bem preparados. Nesse contexto, os Parâmetros Nacionais surgiram para definir diretrizes de qualidade, visando:

- Promover a equidade no atendimento, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas condições socioeconômicas, tenham acesso a um ambiente de qualidade;
- Estabelecer critérios claros para o que se entende por qualidade na educação infantil;
- Orientar a formação e atuação dos profissionais da educação infantil;
- Fomentar políticas públicas que considerem as especificidades dessa etapa da educação, contribuindo para a diminuição das desigualdades educacionais.

Portanto, a criação dos parâmetros é um marco na luta pela garantia de uma educação infantil inclusiva, equitativa e de alta qualidade, refletindo um esforço coletivo para a promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Princípios Orientadores para a Educação Infantil

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade são fundamentados em princípios que visam garantir uma abordagem pedagógica integrada, voltada ao respeito às especificidades da infância e ao desenvolvimento integral das crianças. Entre os principais princípios orientadores, destacam-se:

- Respeito à singularidade da criança: Cada criança possui seu próprio ritmo de desenvolvimento e suas próprias necessidades. Por isso, as práticas pedagógicas devem ser flexíveis e adaptadas a essas características individuais, promovendo uma aprendizagem significativa.
- Integralidade do desenvolvimento: A educação infantil deve promover o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos. O cuidado e a educação são indissociáveis nessa etapa, ou seja, a saúde, a alimentação, o cuidado físico e emocional devem estar integrados à prática pedagógica.